

E veja-se um capítulo de duas colunas e meia (p. 38-39), sobre «o nome da Covilhã», que não é, seguramente, a *Cava Juliana* fantasiada por Frei de Bernardo de Brito. As hipóteses aí são tantas e tão variadas que difícil se torna escolher; mas o Autor acaba por se inclinar por uma, que não deixa de ser curiosa, até porque dar o nome a uma terra por nela abundar determinado tipo de vegetação não representa novidade alguma: veja-se Funchal, Olivais, Carrascal... E qual seria, então, a planta dominante no sítio que depois veio a chamar-se Covilhã? A urze branca, que também é conhecida por covilhão! Se, em vez de um substantivo, pensarmos em adjectivo aplicado a uma *villa*, o feminino seria natural: Covilhã!

Enfim, um punhado de hipóteses que, assim lançadas, constituem, sem dúvida, atroz desafio para os que voltarem a debruçar-se sobre esta temática, quer vasculhando mais documentação, quer calcorreando com olhos de ver os vales, os cumes e as planuras da região e os aglomerados populacionais que nela foram florescendo ou já morreram.

Mero exercício dialéctico, portanto, esta *Beira Baixa: Terra Tomada sem Guerra?* De modo nenhum! Antoja-se, ao invés, como reflexão que implica o lançamento de hipóteses, análise miúda que visa contribuir para uma síntese que tenha em conta os muitos elementos para aqui minuciosamente carreados. De resto, a abundante bibliografia de referência inserta no final proporcionará válido contributo para a discussão em aberto.

JOSE D'ENCARNAÇÃO

Faculdade de Letras da UC

jde@ci.uc.pt

https://doi.org/10.14195/2183-8925_34_17

Miguel Gomes Martins – *Guerreiros de Pedra. Castelos, muralhas e guerra de cerco em Portugal na Idade Média*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2016, 398 p. ISBN: 978-989-626-734-6.

O autor desta obra, Miguel Gomes Martins, centra a sua área de investigação no estudo da guerra medieval portuguesa. O autor publicou um conjunto de títulos sobre esta temática de que são exemplo as obras, *Para bellum: organização e prática da guerra em Portugal durante a Idade Média (1245-1367)*, *As cicatrizes da guerra no espaço fronteiriço português (1250-1450)*, escrita em co-autoria com João Gouveia Monteiro, e ainda *Guerreiros medievais portugueses*. Especialista na temática da história militar portuguesa, o tema das fortalezas medievais não é novo para o autor.

A guerra era uma das mais importantes atividades da medievalidade europeia. Transformava as fronteiras dos reinos, definia zonas de influência

económica, afirmava dinastias e, em suma, afetava todas as vertentes da sociedade. Ora a guerra medieval é constituída por 1% de batalhas campais e 99% de cercos (p. 17). Ainda que uma eventual batalha campal pudesse decidir uma guerra, em termos numéricos a maioria das campanhas efetivava-se para a conquista de praças-fortes. Daí podemos captar a importância que adquiria a construção, manutenção e defesa das fortalezas para a atividade militar e para garantir a ocupação efetiva de território.

A obra assume como objetivo analisar estes «guerreiros de pedra» e fá-lo de duas formas distintas: em primeiro lugar, a apresentação de estudos de caso que evidenciam a evolução particular de algumas fortalezas portuguesas. Em segundo lugar, o autor efetua uma análise dos castelos portugueses através de uma visão de conjunto, mais importante por ser inovadora, sobre a importância e a ação dos guerreiros de pedra na Idade Média portuguesa. As duas perspetivas de análise encontram-se harmoniosamente unidas. No final de cada um dos 13 capítulos da obra encontram-se 3 a 4 estudos de caso integrantes do capítulo, mas desligados dele pela forma de análise. Tal escolha de estruturação (poderia ter-se dividido simplesmente o livro em 2 partes, uma para os estudos de caso e a outra para a análise de conjunto) revela-se-nos de certa forma adequada: tratando-se de uma obra de divulgação, a estruturação escolhida impele o leitor a não sobrevalorizar uma determinada forma de análise e a dar-lhes uma atenção similar na sua leitura, resultando, possivelmente, numa maior compreensão do assunto tratado.

Quanto aos estudos de caso, a metodologia de Rita Costa Gomes em, *Castelos da Raia*, referente aos castelos da Beira e Trás-os-Montes, já se orienta para uma abordagem que procura cruzar a evolução histórica do reino com as transformações operadas nas fortalezas da raia portuguesa. Miguel Gomes Martins opera nessa perspetiva, mas amplia a área dos seus estudos de caso a todo o território nacional, apresentando um total de 42 fortalezas. Porém, nota-se a ausência do estudo dos importantes fortes existentes em Lisboa, Porto, Braga e Coimbra, porventura por já se encontrarem sobejamente analisados em outros trabalhos tanto do próprio autor (Lisboa), como de Jorge de Alarcão (Coimbra). Contudo, é de notar que o autor, não apresenta nenhum critério que explique a sua escolha pelas fortalezas que apresenta (aventamos talvez a ausência de fontes para outros casos), lembrando ainda que segundo o mapa da obra havia no território medieval português 234 estruturas defensivas (p. 70). Um fator altamente positivo desta análise, é o estabelecimento de plantas para todos os castelos apresentados, o que permite uma melhor análise e acompanhamento da descrição realizada.

Relativamente à análise de conjunto João Gouveia Monteiro já tinha sistematizado na obra, *Castelos Portugueses dos finais da Idade Média* uma

metodologia inovadora. No seguimento dessa metodologia, Miguel Gomes Martins expande o quadrante temporal e temático da sua análise.

Nos 13 capítulos a obra estrutura-se em três partes fundamentais: a primeira diz respeito aos capítulos I a III, e apresenta a evolução, papel e distribuição das fortalezas no território português. Numa fase inicial (séculos VIII a X), são meros panos de muralha erguidos em zonas de defesa natural, normalmente elevações rochosas. Apesar de diminuírem em número, as estruturas defensivas aumentam em qualidade no século XI, apresentando, entre outras inovações, «um traçado geométrico e uma planta semi-circular» (p. 24). Miguel Gomes Martins realça, ainda, que as fortalezas portuguesas ganham uma torre de menagem, no centro da praça, a partir do século XII, por influência cruzadística – estas torres tinham a função de servir de último reduto de defesa e superintender toda a fortificação. Estas torres, não raras vezes, eram adaptadas para uma função residencial com o objetivo de albergar o comandante da praça, o alcaide. Este aspeto deve ser realçado pois dá à fortaleza, não só um papel militar mas também uma importância civil o que as torna capacitadas para albergarem o monarca em algumas ocasiões (p. 49). Esta presença civil nas fortalezas é consubstanciada pelo aparecimento de um grande número de edifícios de apoio à sua guarnição. No século XIII, novamente por influência dos Estados Latinos do Oriente, surgem as barbacãs, muros baixos colocados à volta dos castelos e que serviam de primeira barreira às forças inimigas. Mais tarde, a pirobalística dos séculos XIV / XV promoveu um redimensionamento do papel destas primeiras barreiras, servindo agora também como base para o posicionamento de peças de artilharia, e obrigou à diminuição da altura das muralhas, ao aumento da sua espessura e ao surgimento de traçados oblíquos para possibilitarem fogo cruzado.

Quanto à distribuição das fortalezas pelo território, deve-se destacar a ideia da formação de linhas de detenção (p. 59) paralelas ao território castelhano (à exceção da zona de Trás-os-Montes). Os conteúdos aparecem esquematizados e com notável clareza argumentativa. Sentimos, não obstante, a necessidade de realçar a falta de mapas regionais que permitissem a visualização imediata das linhas de detenção, e de outro que destacasse as áreas das principais operações militares referidas na obra (à semelhança do mapa 2 da obra de João Gouveia Monteiro, *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média*). Ainda assim, o mapa geral de todas as fortalezas do reino encontra-se disponibilizado.

A segunda parte da obra corresponde aos capítulos IV a VI. Estes tratam os aspetos técnicos de uma fortaleza nomeadamente a construção, a liderança a manutenção e a vigia. Em Portugal a construção de estruturas defensivas é da exclusiva competência do rei, sendo também ele o responsável pela sua manutenção. Há a destacar o papel dos corregedores na inspeção

das fortalezas e das suas obras. A referida evolução da complexidade das fortalezas aumentou a necessidade de um corpo especializado de construtores e de um «exército de operários» (p. 86) recrutados através da anúduva. Também se torna necessário a repartição do financiamento da construção entre o concelho e a Coroa sendo que se considera que a Coroa tomaria a maior parte (p. 98). Contudo, apesar de financiados pela Coroa, os castelos teriam de ser vigiados pelas populações locais ou vizinhas com o serviço de vela e rolda, bastante impopular junto das mesmas, e que, por isso, procuravam restringi-lo aos períodos de guerra. A coordenar a vigilância da fortaleza, bem como todos os aspetos com ela relacionadas, estaria a figura do alcaide-mor. A sua nomeação provinha numa primeira fase dos tenentes, mas com o desaparecimento destas figuras, diretamente do rei.

Consideramos que seria necessário, especialmente nesta segunda parte da obra, mas talvez tal recomendação se pudesse alastrar a todo o conjunto, redimensionar o papel das notas de rodapé. Estas aparecem como meras indicações bibliográficas com a indicação do autor, obra e página, sendo talvez possível que nelas fossem desenvolvidos determinados pormenores que não cabem no corpo de texto e a explicação de determinados contextos político-militares; não obstante, existirem variadas citações de autores no corpo de texto. Não esqueçamos, contudo, que esta obra tem o propósito de se dirigir a um público mais alargado e que as notas de rodapé dificultam a leitura, apesar de fornecerem a essencial fundamentação a um trabalho científico.

A terceira parte da obra corresponde aos capítulos VII a XIII. Esta parte concerne uma análise da guerra de cerco que pode ser dividida em três partes: a defesa da praça-forte, o seu assédio e o desfecho final. Começando pelas disposições defensivas, (capítulos VII e XI) era essencial às fortalezas estarem bem abastecidas de víveres e, sobretudo, de água. A fome poderia, tal como a força das armas, fazer tombar uma fortaleza. O abastecimento da fortaleza era um encargo das populações locais; seria também em caso da guerra nesse mesmo espaço que encontrariam refúgio. As fortalezas, na eminência de um ataque, reforçavam muralhas, construíam paliçadas e destruíam edifícios ao lado da muralha para que não pudessem auxiliar o inimigo. Mas, na defesa da fortaleza, depois do cerco estabelecido, eram as armas de arremesso, quer neurobalísticas, quer pirobalísticas, que desempenhavam um papel fundamental para manter as investidas inimigas longe do pano muralhado. Era também comum os lugares sitiados recorrerem a sortidas junto do campo inimigo para desmoralizarem o adversário e para, talvez, conseguirem alguns mantimentos.

É de destacar que as disposições/hipóteses apresentadas encontram-se substanciadas com uma constante fundamentação em exemplos práticos. Assim, quando o autor afirma, por exemplo, que o abastecimento da

fortaleza era realizado pelas populações locais (p. 156), dá o exemplo da localidade de Santa Eulália de Vilar de Mouros que abastecia o castelo de Caminha. Mas tal é verdadeiramente recorrente ao longo da obra e revela um enormíssimo trabalho de recolha de fontes, dado que os exemplos dados abrangem localidades de todo o país, variados tipos de instituições e um quadrante temporal dos séculos XI a XV. Outro recurso para a fundamentação dos seus argumentos, bem como para proporcionar uma melhor leitura, é o enquadramento dos conceitos teóricos expostos em contextos militares concretos; tal é feito, por exemplo, nas páginas 264 e 265, quando o autor menciona as sortidas e apresenta o caso mais elaborado do cerco de Montemor de 1212. Aqui apresenta os representantes em contenda e estabelece os resultados efetivos da sortida conduzida nesse cerco por Gonçalo Mendes de Sousa ao comandante das forças régias Martim Anes de Riba de Vizela.

As disposições reservadas aos atacantes nesta terceira parte da obra situam-se nos capítulos VIII a X. Aqui podemos distinguir dois tipos de ataques a uma fortaleza: os ataques-surpresa, que apanham a guarnição desprotegida, e os assédios prolongados. Os ataques-surpresa, famosos em Portugal pela ação de Geraldo Galdes e pela conquista de Santarém em 1147, apesar de exigirem menores recursos, acarretavam um risco elevado para as forças escolhidas e exigiam, normalmente, um plano que envolvesse algum apoio do interior da praça-forte e um conhecimento profundo das fragilidades da fortaleza. A coragem dos combatentes, o *timing*, a capacidade de imprevisto e a própria fortuna poderiam, contudo, ter um papel preponderante no sucesso destas operações que muitas vezes eram, também, montadas no contexto dos cercos convencionais. Num cerco convencional, a primeira preocupação do comandante atacante era o de conquistar os arrabaldes da cidade e restringir a ação do defensor às muralhas da fortaleza; de seguida o foco era a instalação estratégica do arraial que visava o estrangulamento do fornecimento alimentar aos sitiados. Contudo, era necessário que o mesmo não acontecesse aos sitiadores, pelo que a organização logística era uma das principais responsabilidades do comandante – tal poderia ser um verdadeiro desafio; veja-se que no cerco de Elvas de 1385 Juan I de Castela desistiu do cerco à cidade exatamente depois de uma sortida da milícia da praça-forte ter aprisionado uma coluna de abastecimento castelhana (p. 223).

Depois de instalado o cerco, as forças atacantes focavam-se na debilitação das defesas através de armas de engenho, sendo que na época medieval o trabuco tem especial importância; o principal objetivo destes engenhos de cerco é o derrube de panos de muralha mas também o enfraquecimento psicológico do inimigo; as minas seriam mais efetivas no cumprimento do

primeiro objetivo. Outras hipóteses seriam o derrube das portas através de aríetes – troncos de madeira reforçados com uma frente metálica – ou a escalada das muralhas com o recurso a escadas de assalto.

Esta terceira e última parte, ou seja, da efetiva ação das fortalezas no campo de batalha, deve ser realçada, dada a ausência de verdadeiros estudos de fundo, (para além dos já realizados pelo próprio) em outras obras, nesta temática específica. De facto, observa-se que, normalmente, o foco de atenção historiográfico é na evolução da arquitetura militar e na distribuição das fortalezas pelo espaço, algo que o autor também não descarta. Assim, há que valorizar de forma especial os capítulos de VI a XIII pelo seu carácter inovador.

Finalmente, os capítulos XII e XIII que dizem respeito ao fim das operações militares. De facto, um cerco não se resumia aos dois contendores. A chegada de um exército de socorro à fortaleza podia virar o confronto ou, pelo contrário, arrasar irremediavelmente as esperanças dos sitiados. As doenças podiam também afetar os exércitos, normalmente os sitiadores, pelas maiores dificuldades sanitárias – veja-se o surto de disenteria que atinge o exército almóada no cerco a Tomar em 1190 – assim como o fim dos períodos de serviço ao rei que podiam desfalcar de forma irremediável um exército sitiador.

A dureza dos cercos impelia, não raras vezes, para uma negociação pacífica; normalmente tal iniciativa partia dos sitiados, sujeitos a maior provação, e que, quando vêm os seus esforços para manter a fortaleza já impossibilitados, tentam, conservando alguma honra, assegurar um acordo que lhe permitisse escapar à chacina de uma tomada pela força.

A escolha da capa para o livro recaiu na pintura de Dominique Papety, *O marechal hospitalário Mathieu de Clermont a defender as muralhas no cerco de Acre, 1291*, que retrata a defesa do último enclave ocidental na Palestina. Apesar da importância dos Estados Latinos do Oriente, na evolução da arquitetura militar portuguesa, consideramos que, pelo teor do livro, se poderia considerar a escolha de uma temática ibérica na capa.

Tal como foi dito diversas vezes ao longo do texto a obra em análise, destina-se à divulgação do tema pelo público em geral e para tal tem que ter várias adaptações conceptuais que um trabalho académico convencional não necessita de ter. As qualidades científicas da obra não ficam em questão, sendo de notar apenas o breve reparo face às notas de rodapé demasiado secundarizadas. A escrita académica historiográfica é demasiado fechada ao público em geral, o que cria um vácuo de criação no mercado literário normalmente preenchido por autores sem formação histórica; assim, é de louvar esta obra que combina e liga os dois mundos. É desejável que sejam verdadeiros historiadores a conceber estas obras de divulgação.

Nesta obra, é notória a preocupação em clarificar o tema através de uma argumentação cuidada e fundamentada e de uma estruturação bem organizada. Lê-se facilmente e servirá, a partir de então, de referência, quer para académicos, quer para o público em geral.

PEDRO FILIPE FERNANDES SEBASTIÃO

Mestrado em História na FLUC

psebastiao03@gmail.com

https://doi.org/10.14195/2183-8925_34_18

Walter Kardinal Kasper, *Martin Luther. Eine ökumenische Perspektive*, Ostfildern, Patmos, 2016, 94 pp. ISBN: 3843607699

«Só poucas personalidades históricas são objeto, passados 500 anos, de uma magnífica admiração e rejeição como é o caso de Martinho Lutero. O retrato que dele se fez alterou-se de muitas formas. Devemos tomar consciência da distância do mundo em que Lutero viveu como a distância da sua mensagem. Precisamente a distância do Reformador e da sua mensagem constitui a sua atualidade ecuménica nos nossos dias. Muitos cristãos esperam legitimamente que o jubileu dos 500 anos nos conduza a dar um passo na direção que se aproxime da unidade. Não devemos desiludir esta esperança», escreve o autor na introdução.

O livro divide-se em sete capítulos: os muitos retratos de Lutero, um tempo de passagem, os desejos de Lutero: renovação evangélica da cristandade, nascimento e fim do tempo confessional, Lutero e o espírito da modernidade, época ecuménica como nova descoberta da catolicidade, a atualidade ecuménica de Martinho Lutero e ecumenismo da misericórdia – ponto de vista. As 63 notas finais valorizam sobremaneira a obra.

O texto permite penetrar no âmago da história quinhentista e perscrutar o contexto em que a Reforma se iniciou e desenvolveu. Conhecedor como poucos do tema, o A. à base de uma análise rigorosa das fontes sabe extrair com lucidez e objetividade as devidas ilações que o seu trabalho de historiador e teólogo sugere. Agora, chegados à atualidade, o panorama é outro, sem deixar de admitir o que realmente se passou há 500 anos. As mentalidades alteraram-se profundamente e os estudos e investigações trouxeram uma outra visão do passado.

O caminho do diálogo conduz o espírito para o terreno ecuménico e a postura já não é a da pretensão de qualquer das partes tentar impor a sua verdade, pois já se concluiu que nenhuma delas o pode fazer. O séc. XVI foi o ponto de chegada de uma caminhada que andou arredada das origens do cristianismo e o ponto de partida para uma bipolarização desconcertante e sem resultado algum. Daí a urgência de rever o que aconteceu e porque aconteceu, de confessar as falhas e de encetar uma nova fase.